

# Tropas no Rio de Janeiro e no Brasil até metade do século XIX

Conferência do Prof. ADOLFO  
MORALES DE LOS RIOS (F.<sup>o</sup>) na sessão  
do Instituto de Geografia e História  
Militar do Brasil, realizada a 7 de Fevereiro de 1939.

*Tropas no Rio de Janeiro, da Colônia até meiado do Século XIX;  
ensino militar; figuras representativas do Exército; uniformes militares  
e condecorações.*

Simplez vinhetas de um apaixonado pelas cousas militares.

O Exército é, como a Marinha, um dos fatores decisivos para a formação do Brasil-Nação. Sempre alerta e pronto, atua de maneira preponderante em todos os fatos e atos políticos que haveriam de decidir dos destinos da Pátria. Ao lado do povo, ao serviço das mais nobres cruzadas, sempre contra o caudilhismo e a tirania, ao norte, ao sul, no interior, no estrangeiro —, luta e sofre, apazigua, liberta e unifica. Nada pede e tudo dá. Cumpre com o seu dever, preparando, ontem como hoje, a eclosão do Brasil-Maior.

Curiosa é, dessa forma, a observação de sua marcha evolutiva e transformações operadas nas suas tropas e serviços, mórmente nas peculiares aos *corpos* lusos, estrangeiros e brasileiros que guarneceram o Rio de Janeiro até o ano de 1850.

A primeira formação militar aqui existente, foi o *terço*; de origem espanhola. Inspirado na *legião* romana, que também se compunha de três ordens de combatentes, o *terço* é criação de fim do Século XV e começo do XVI. Assim o afirma Dom Sancho Londoño contemporâneo (1568) do mesmo. Os *terços* espanhóis de Flandres se tornaram famosos. E foram os do Duque de Alba que, invadindo Portugal, fizeram com que Felipe II — o *Advogado do Diabo* — ali reinasse e o Brasil ficasse durante doze lustros sob o domínio espanhol.

O modelo foi adotado pelos principais exércitos da Europa. Portugal teve os seus. Aqui houve: o *Terço-Velho* de Mem e Estácio de Sá; os *Terços de Ordenanças*, de 1570, com os seus *capitães-móres*; os *Terços de Infantaria*, com dez companhias (1640); o *Terço-Novo* de 1700,



e os de artilharia, denominados *Pés de Castelos*, com os respectivos *condestáveis* e *sóta-condestáveis*, ou encarregados, respectivamente, do preparo da artilharia, e da arrumação dos cartuchos e balas.

Ao lado dos *terços* figuram as *milícias*, ou corpos de soldados creados e mantidos pelo Senado da Câmara. A inovação foi de Tomé de Souza, que, na qualidade de Governador Geral do Brasil, a introduziu na Baía, em 1549. Constituiu essa tropa o primeiro serviço militar devidamente organizado no Brasil.

A partir do segundo quartel do Século XVII, depois do successo alcançado em Pernambuco pelas *companhias de assalto* — constituídas de negros —, criaram-se os *terços de caçadores à pé das molícias*. E como homenagem ao valente Henrique Dias, que comandara uma delas, foi-lhes dada a denominação de *Henriques* ou *Caçadores-Henriques*. Dessa forma foi lembrada durante mais de dois séculos a nobre figura do *Primeiro Governador e Cabo dos Negros e Mulatos do Brasil*.

A primeira força regular de cavalaria é creada em 1765, sob a denominação de "*Esquadrão de Cavalaria Ligeira da Guarda do Ilmo. e Exmo. Vice-Rei do Estado*".

Contemporâneo desses — isto é, na segunda metade do Século XVIII — organizam-se, aqui, os *Regimentos*: verdadeiros *terços*, como constituídos, que são, de três unidades, ou batalhões. Tipo de tropa originário da França, ele é levado para a Espanha, em 1704, pelos mercenários suíços e alemães que serviram na Picardia e na Borgonha. Da Espanha passa para Portugal, e se espalha, em breve, por toda parte.

Os primeiros Regimentos da Guarnição Carioca foram: três de *Infantaria*, o de *Artilharia do Rio de Janeiro*, os lusitanos de *Bragança*, *Estremoz* (ou Chichorro) e *Elvas* (ou de Moura) e os de *Milícias*, pertencentes às Freguesias.

Ao findar o Século XVIII, são creados os *Corpos Auxiliares* e as *milícias* passam a ser consideradas como pertencentes à 2.<sup>a</sup> linha. E logo formada uma 3.<sup>a</sup> linha, constituída de *companhias*, denominadas dos *chacareiros* e dos *forasteiros*. Essas designações tão exquisitas apresentavam forte contraste comparadas com aquelas outras concedidas por dois atos officiais anteriores, com o objetivo de nobilitar o serviço das armas: a Carta Régia de 10 de Novembro de 1711 que instituiu a companhia dos *privilegiados*, composta da "*principal gente da terra*" e o ato do Conde de Azambuja — 4 de Agosto de 1766 — creando a *classe dos cadetes*, afim de aproveitar os serviços de "*vários homens de bem, dos quais muitos fogem de servir nas tropas, porque queriam fazê-lo com distincção*".

Em 1808 é formado, com o casco do "*Corpo de Cavalaria de Linha*" do fim do Vice-Reinado — originário, por sua vez, do *Esquadrão do Vice-Rei* — o *1.<sup>o</sup> Regimento de Cavalaria da 1.<sup>a</sup> Linha*. E' o atual *Regimento dos Dragões da Independência*.



No ano seguinte fica organizada a *Artilharia a Cavallo*, tropa independente, inventada pelos espanhóis, que a empregaram pela primeira vez em Buenos Aires e que, depois de ser copiada pela Prússia e França, fez parte integrante das mais importantes organizações militares.

E, com funções especializadas, foram creadas a *Guarda-Real do Príncipe* (1808), constituída de archeiros, e a *Divisão Militar da Guarda Real da Polícia do Rio de Janeiro* (1809).

Em 1810, fica formado, em substituição ao Batalhão, o *Regimento de Caçadores dos Henriques da Cidade do Rio de Janeiro*.

Ao findar o ano de 1815, chega, vinda de Lisboa, uma *Divisão* do Exército de Portugal. Era comandada pelo Tenente General Carlos Frederico Lecor. Constituída de voluntários — veteranos da guerra peninsular —, ela se subdividia em duas *Brigadas*, compostas, cada uma, de dois Batalhões de Caçadores (a oito companhias, cada um), de três Esquadrões de Cavalaria e de uma Companhia de Artilharia. Ao todo, eram cerca de 5.000 homens.

Transportados até a Guanabara em quatorze navas, essas tropas foram desembarcadas na Vila de Praia Grande — atual Niterói —, e aquarteladas nos armazens da armação das baleias, no sítio de São Domingos.

O Príncipe Regente, apreciando devidamente a atitude de afeto e alegria dos soldados que a compunham, quando alí os passou em revista, resolveu que recebessem a denominação de *Voluntários do Príncipe*, meses depois mudada para a de *Voluntários d'El Rei*.

Reembarcados para a Província Cisplatina, afim de garantirem os limites sulinos do Brasil alí permaneceram de 1817 a 1828.

Pelo decreto de 11 de Dezembro de 1815, D. João cria um *Côrpo de Soldados Veteranos*, constituído de oficiais e praças dos Regimentos de Linha e da Guarda Real de Polícia, que não estando nas circunstâncias de serem reformados, deviam ser empregadas, entretanto, em serviços menos ativos, como fossem os de guardas, destacamentos e registros.



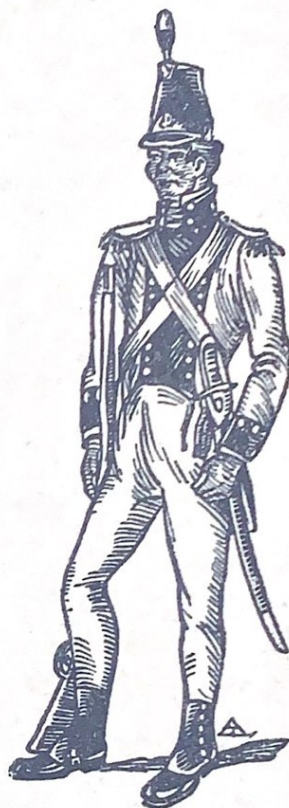
1765 — Esquadrão de Cavalaria Ligeira da Guarda do do Vice-Rei do Estado.



Outra tropa que ficou célebre na Côrte, foi a *Divisão Auxiliadora do Exército de Portugal*, formada dos 11.º e 15.º Batalhões, 3.º de Caçadores e 4.º de Artilharia, e chefiada pelo Tenente-General Jorge de Avilez Zuzarte de Sousa Tavares.



1808 — 1.º Regimento de Cavalaria da 1.ª Linha. — É o atual Regimento dos Dragões da Independência.



1810 — Regimento de Caçadores dos Henriques da Cidade do Rio de Janeiro.

Depois da Independência, foram creadas a *Guarda Cívica*, a *Imperial Guarda de Honra* (constituída somente de oficiais), um *Batalhão de Henriques da Côrte*, um *Batalhão de Artilharia* (composto de negros forros) e o *Batalhão de Caçadores do Imperador*. Por sua vez, o *Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro*, é transformado em *1.º Corpo de Artilharia de Posição*, e a *Guarda Real do Príncipe* se converte em *Imperial Guarda de Archeiros*.

Isso, sem contar com: os *Batalhões de Granadeiros* e de *Caçadores Estrangeiros*, tropa mercenária, constituída de alemães, irlandezes, alsacianos e suíços, mandada organizar por D. Pedro I; os *Corpos de Mili-*



cianos, denominados *Sustentáculos da Independência e Henrique Dias*; e a *Companhia de Vigias*, com o seu capitão, alferes, sargentos e fiscais, ou *sobre-rolas*.

Como consequência da promulgação da Carta Magna do Império, são creadas as três *Armas*, fixado o número e composição das tropas permanentes, dentre as quais se destacaram os *Batalhões de Fuzileiros*, e formado o quadro do Estado Maior General, composto de *Brigadeiros*, *Marechais de Campo*, *Tenentes-Generais* (creação espanhola do Reinado



1815 — Imperial Guarda de Arqueiros.



1823 — Marechal de Campo.

de Felipe IV e posto correspondente ao dos antigos *Mestres de Campo* (Generais) e *Marechais do Exército*, também denominados, depois, *Marechais do Império*. *Generalissimo do Exército*, se declarou, em documento oficial, o primeiro Imperador.

A Regência cria, em 1831, a *Guarda-Nacional*, que veio substituir os *Corpos de Milícias* e de *Ordenanças*, e reorganiza as demais tropas,



ficando aquartelados na Côrte, cinco *Batalhões de Caçadores*, um de *Cavalaria* e dois *Corpos de Artilharia de Posição*. No ano seguinte é extinta a *Imperial Guarda de Honra*.

Com a dissolução de muitas das antigas tropas, houve muitos oficiais excedentes, que reunindo-se, formaram o *Batalhão dos Oficiais-Soldados*. Prestou importantes serviços à ordem pública esse originalíssimo còrpo, cujos componentes trajavam à paisana, com cartola e tópe nacional na mesma.

Os *Batalhões da Guarda Nacional* contavam-se pelo número de Freguesias. O povo os alcunhava de maneira curiosa: *Samburá sem jundo*, era o do Engenho-Velho; *Gaturamos*, o de São José; *Galo sem Crista*; o da Candelária; *Tainhas*, correspondia a Santa Ana; e *Chinelo Velho*, ao Sacramento. Todos eram de infantaria. Mas havia um de artilharia, o 1.º, sem canhões, armões e cavalos. Era o *Regimento dos Carroceiros*.

Ao finalizar aquele mesmo ano de 1831, isto é, em 6 de Dezembro, era tomada pelo Govêrno uma providência de alto valôr para a eficiência do Exêrcito: ficava abolido o uso do bigode...

A supressão do ornato capilar deu motivo a desgostos, que se consubstanciaram num requerimento dos oficiais da guarnição ao Regente, o qual deferiu a petição não só em vista das razões apresentadas pelos mesmos, mas, também, porque os comandantes dos corpos alegavam que êsses, apresentariam, em formatura, "*mais arreganho e melhor aparência militar*." Esse é o objetivo da ordem do dia do Quartel General de 8 de Julho de 1837. Seis anos tinha durado a questão...

Entretanto a situação material da oficialidade de terra não era das mais desafogadas.

Mas parece ser que a situação material e moral dos oficiais e das praças de pret foi sendo melhorada, com o decorrer do tempo, tanto assim que os soldados inutilizados no serviço das armas eram recolhidos a diversos *Asilos de Inválidos*, creados em 1840 pela iniciativa do Regente do Império Pedro de Araujo Lima e do Ministro da Guerra João Vieira de Carvalho, Conde Lages. O *Asilo* da Côrte funcionava na Fortaleza de São João.

Mas, foi só em 1842 que, sendo Ministro da Guerra José Clemente Pereira, foi elaborada a organização completa do Exêrcito, posta em execução nove anos depois.

A defesa marítima do porto esteve constituída das fortificações seguintes, mandadas desarmar pela Regência em 1831: *Fortaleza de Santa Cruz*, com as baterias do Pico e da *Práia de Fóra*; *Fortaleza de São João da Barra*, formada de quatro redutos: São Martinho, São Diogo, São José e São Teodósio; *Fortaleza de Villegaignon*, antigo *Forte Coligny*; *Fortaleza da Ilha das Cobras*; *Fortaleza da*



*Conceição* (no morro do mesmo nome); e *Fortes da Boa Viagem* e *Gragoatá* (em Niterói), da *Práia Vermelha*, do *Leme*, de *Copacabana*, do *Trem do Moura*, e da *Ponta do Calabouço*, antigo de *Santiago*. Há muito, tinham deixado de prestar serviços, a *Fortaleza de São Sebastião* (no Morro do Castelo), os Fortes de *Manuel Velho*, da *Prainha*, da *Glória*, do *Pasmado* e de *São Clemente*, bem como as baterias de morteiros do *Arsenal* e de *Santo Inácio* (Morro do Castelo).

O *Arsenal de Guerra* (antigo *Parque de Artilharia*, fundado em 1764 —, e *Trem Real*) e as oficinas da *Fábrica de Armas do Morro da Conceição*, aparelhavam o Exército com o devido material e armamento. As pólvoras indispensáveis, que tinham sido desde 1808 sempre manufaturadas na *Fábrica de Pólvora do Jardim Botânico* (portão da Fábrica do Jardim Botânico), passaram em 1831 a serem preparadas na *Fábrica de Pólvora da Estrêla*, instaladas nas fazendas *Cordoaria*, *Mandióca* e *Velasco*, no sopé da Serra da Estrêla.

\* \* \*

O ensino militar do Exército de terra estava representado em 1850 pela *Escola Militar*.

Veja-se sucintamente que transformações sofreu essa instrução em nossa terra.

A *Aula de Fortificação*, mandada instalar em 1699 — 15 de Janeiro — na Capitania do Rio de Janeiro, por D. Pedro II, de Portugal, veio substituir as lições dadas desde o ano anterior pelo Mestre e Capitão Engenheiro Gregório Gomes Henriques aos *Condestáveis e Artilheiros da Praça*.

Reformada em 1738, para que os futuros artilheiros pudessem aprender a “*teoria da Artilharia e uso dos fogos artificiais*” e confiada ao *Sargento-Mór do Terço de Artilharia* José Fernandes Pinto Alpoim, foi, finalmente, transformada em 1767 na *Aula do Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro*. E’ então nomeado o primeiro *Lente da Aula*. Acrescida — em 1774 — a Aula regimental da Cadeira de *Arquitetura Militar*, passa a mesma a denominar-se *Aula Militar*. E’ o embrião do Córpo de Engenheiros Militares.

Em 1792, no Vice-Reinado de D. Luiz de Castro, 2.º Conde de Rezende, a *Aula Militar do Regimento de Artilharia* é transformada na *Real Academia, Fortificação e Desenho do Rio de Janeiro*. E’, portanto, sobre o arcabouço desta que o Conde de Linhares organiza em 1810, sob o título de *Academia Real Militar*, o primeiro grande instituto de ensino militar que o Brasil possuiu.

Na Academia, os professores foram obrigados, por ordem do Príncipe Regente D. João, a ensinar por meio de livros franceses:



as lições de matemática de Lagrange, representadas pelas *Additions a l'algebre d'Euler, Mecanique analytique, Theorie des fonctions analytiques*, ou então, pela *Resolution des equations numeriques* e a não menos importante obra, *Leçons sur le calcul des fonctions*; o *Traité de calcul differentiel et du calcul intégral*, de Lacroix; as geometrias descritivas do mesmo Lacroix e do famoso Monge; a mecânica celeste de Laplace; a trigonometria esférica de Legendre; as obras sobre mecânica de Prony — com a sua *Architecture hydraulique*, e de Jean-Antoine Fabre, ou seja, o *Essai sur la theorie des rivières*; os ensinamentos de física segundo o abade Haüy ou o compêndio de Brisson; os trabalhos de Lavoisier e as memórias de Vauquelin, para a química; a história natural, de acôrdo com as diretrizes de Lacepede; a mineralogia, seguindo a orientação dos trabalhos de Haüy e de Brochant; a astronomia, tendo à vista os estudos de Lacaille e de Lalande; e os assuntos militares — tática, estratégia, castrometração, fortificação e reconhecimento de terrenos —, ensinados pelos livros de Gui de Vernon e de Cessac.

Para tão grande difusão da cultura francesa muito contribuiu a tipografia oficial, que imprimia não poucas traduções.

Outras versões portuguesas vinham de Lisbôa, como se deu com *O Contrato Social*, de Rousseau, ali feita em 1821 e aqui bastante divulgada.

Em 1832, é incorporada à Academia Real Militar a *Academia Nacional e Real de Marinha*, resultando daí a *Academia Militar e de Marinha da Côrte do Império do Brasil*. Os cursos eram quatro: matemático, militar, de pontes e calçadas e de construção naval.

Um ano depois de fundidas, as Academias se separaram, criando-se, na Militar, os cursos de infantaria, cavalaria, artilharia e engenharia, com seis anos de estudos. Esses, foram aumentados, em 1834, para oito, sendo os quatro primeiros destinados ao estudo das matemáticas e os quatro restantes às ciências militares, às minas e..... à arquitetura civil!

Em 1839, recebe a denominação de *Escola Militar* e passa a possuir dous cursos: de infantaria e cavalaria, em dous anos; e de artilharia, engenheiros e estado maior, em cinco anos.

Pelos *Estatutos da Escola Militar*, aprovados em 1842, sendo Ministro da Guerra Jerônimo Francisco Coelho, o curso abrangia sete anos. Dêses, os 1.º, 2.º e 5.º, para formar oficiais de infantaria e cavalaria, e os 1.º, 2.º, 3.º, 5.º e 6.º, para os de artilharia. Os engenheiros militares é que tinham que permanecer na escola durante todo aquele longo período. No último ano, estudava-se Arquitetura Civil na 1.ª Cadeira e Desenho de Arquitetura na 2.ª. Os alunos que obtivessem nota de *plenamente* em todas as cadeiras e durante dous anos seguidos, eram promovidos a *Alferes-Alunos* e percebiam



o soldo respectivo. Foi posto que substituiu até há bem uns vinte anos passados.

No ano seguinte, é promulgado o Decreto que concedia ao aluno que terminasse o sétimo ano, o título e gráu de *Bacharel em Matemática*. E o *Bacharel* que aspirasse ser *Doutor* deveria defender tése, a qual constava de uma dissertação “*sobre qualquer ponto da ciência matemática dos mais profundos*”. As insígnias eram borla e capelo de veludo azul orlado de ouro e anel simbólico: — de ouro, com chapa de esmalte azul e esfera armilar dourada.

Um e outro título (mantidos até bem vinte anos passados, quando se transformou o ensino militar sob a sábia inspiração do então Ministro da Guerra General Cardoso de Aguiar), foram de funestas consequências — com raríssimas e honrosas excepções — para a formação do verdadeiro tipo de oficial-soldado. Creou-se assim, entre nós, o oficial-matemático, o oficial-professor particular, o oficial-sociólogo, o oficial-político e, com a República, o oficial adepto de corrente filosófica que se não coadunava com o espírito militar.

Foi entre as paredes da Escola Militar que começou a funcionar, em 1842, uma *Cadeira de Engenharia*, regida pelo professor Vilanova, a qual, convenientemente desdobrada em 1858, deu origem à *Escola Central* — imitação da congênere francesa —, convertida depois em *Escola Politécnica*, e atualmente denominada de *Escola Nacional de Engenharia*. Deve-se esclarecer que a *Cadeira* de 1842 não constituía o primeiro passo para implantar os estudos de engenharia civil entre nós. Dez anos antes, a *Academia Militar e de Marinha*, fôra dotada de um *curso de pontes e calçadas*, que não era outra cousa que o modelo francês: a *École des Ponts et Chaussées*.

O *Colégio Militar do Imperador*, fundado em 1840 pelo Regente Pedro de Araujo Lima, sendo Ministro da Guerra o Conde de Lages, para educar os filhos dos Capitães e Officiais Subalternos do Exército, era o viveiro de alunos onde a *Escola Militar* se abastecia.

\* \* \*

No Exército não faltaram figuras importantes.

O Tenente-General João Henrique Von Böhn, ilustre militar alemão e Inspetor do Exército Colonial Português, companheiro, em Lisboa, do Conde de Lippe, e que comandou a guarnição do Rio de Janeiro ao tempo do Vice-Rei Conde da Cunha, bem como o seu companheiro Brigadeiro Jacques Funck, que chefiara o Córpo de Engenheiros e de Artilharia, tiveram no Brasil brilhantes sucessores.

Destaca-se, em primeiro lugar, o Tenente-General Carlos Antônio Nacion, Inspetor de Artilharia e dos Arsenais, Fábricas e Fundições,



tanto em Portugal como no Brasil, fundador (1808) e diretor da Fábrica de Pólvora da Lagôa de Rodrigo de Freitas, primeiro diretor da Academia Militar e vindo para o Brasil com o Conde de Linhares. Natural de Piemonte, prestou a Portugal os mais relevantes serviços, pelo que recebeu muitas mercês, dentre as quais se destaca a Gran-Cruz da Torre e Espada.

Depois vem um selecto grupo de ingleses: Sir John Forbes Skelater, "*Marechal dos Exércitos*" e "*Governador das Armas desta Côrte*" que aquí faleceu; o Marechal de Campo John Sadwell Connell, com relevantísimos serviços; e o Comandante em Chefe dos Exércitos Lusitanos, "*Marechal General*" Guilherme Carr Beresford, Conde de Trancoso e Marquês de Campo Maior, que esteve duas vezes no Brasil, tendo assistido na primeira à famosa parada dos *Voluntários Reais* na Práia Grande. E com jurisdição sobre as tropas aquí estacionadas, embora não tivesse vindo ao Brasil, deve ser mencionado Generalíssimo Lord Wellington.

Entre os officiais de origem portuguesa ou brasileira, que serviram ao Rei do Brasil, com lealdade e competência se notam: o General Joaquim Xavier Curado, Comandante de Divisão, que foi, depois, comandante das tropas brasileiras contra Artigas e Governador das Armas da Côrte; o Marechal de Campo Sebastião Pinto de Araujo Correia, Ajudante General de Lecor; o Brigadeiro João de Deus Mena Barreto; o Coronel João Vieira Tovar, herói que perdeu um braço no lugar denominado *Indio Muerto*; e o Tentente-Coronel José de Abreu. Todos combateram na Banda Oriental. E mais: o Marechal de Campo Joaquim de Melo Leite Cogominho de Lacerda, comandante da Divisão que atuou em Pernambuco no ano de 1817; os seus colegas de posto Francisco Homem de Magalhães Quevedo Pissarro, Bernardo da Silveira Pinto, Gaspar José de Matos Ferreira e Lucena (Marquês de Vagos), Manuel de Souza Ramos, Carlos Frederico Bernardo de Gaula e Francisco de Paula Magessi, que foi Governador de Mato Grosso; os Tenentes Generais Francisco de Paula Leite, Manuel Marques de Sousa, Alexandro Elói Portelli, homem de excepcional valor, artilheiro e fortificador notavel e não menos valioso arquiteto; Conde de Vila Flor, Governador do Pará —, e o glorioso Conselheiro de Guerra e Ministro Joaquim de Oliveira Alvares. Não menor importância teve o também Tenente-General Carlos Frederico Lécór, portuguez de nascimento, Visconde da Laguna, defensor da Banda Oriental e Governador de Montevidéu de 1816 a 1826. Figura muitas vezes injustamente apreciada no Brasil, o que contrasta sobremaneira com o renome que alcançou comandando uma Divisão de Wellington, quando foi da invasão de Portugal, e com o sucesso da habil, ponderada e diplomática administração exercida no território uruguáio. Quem o colocou com justeza no campo da his-



tória foi Wanderley Pinho, em notavel conferência realizada no Instituto Histórico.

Segue-se a não menos illustre coorte de officiais originários da França: os Beaurepaire, Beaurepaire-Rohan, Escragnolle, Labátut e Marlière.

O Conde de Beaurepaire, natural de Toulon (Jacques, Antônio Marcos de Beaurepaire) acompanha a Família Real ao Brasil e presta tão relevantes serviços à Independência Nacional que alcança o posto de Marechal de Campo. Seu filho, Luiz de Beaurepaire-Rohan, nascido em São Gonçalo, faz o curso da Escola Central, ingressa no Exército, participa dos combates de São Paulo, e muito depois, da Guerra do Paraguai, onde na qualidade de ajudante de ordens do Conde d'Eu, se distingue pela sua bravura. Era, outrossim, literato e filólogo, tendo traduzido as fábulas de *Phedro*. O outro filho, Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire-Rohan, Visconde de Beaurepaire-Rohan, também fluminense de nascimento, participa, como militar, na luta pela Independência, e na qualidade de engenheiro foi incumbido de não poucas missões importantes, tendo sido diretor de obras da Câmara Municipal. Possuindo vastos conhecimentos urbanísticos, propôs a abertura definitiva e canalização do Mangue e indicou a conveniência do arrazamento do Morro do Castelo, pois a Capital muito beneficiada ficaria na sua "*extensão, salubridade e embelezamento*". Luiz Alexandre Maria Roberto D'Escragnolle, Conde de Escragnolle, expatriado na Itália, ingressa depois com seu irmão nua Marinha Portuguesa e vem ter ao Brasil, acompanhando a Família Real. Tenente-Coronel por ocasião da Independência, comanda a Divisão encarregada de sufocar a rebelião separatista Pernambucana de 1824 e não só por esse como por outros serviços relevantes é condecorado e promovido, tendo chegado ao importante posto de Comandante e Governador das Armas do Maranhão. O General Pedro Labatut, depois de ter servido, como official, no Exército de Napoleão, exerce importante papel nas lutas travadas na Baía, saindo vencedor das batalhas de Pirajá e de Itaparica, contra as tropas lusas ao mando do General Madeira. Foi assim, o triunfador das primeiras ações militares que conduziram à definitiva emancipação política do Brasil. E Guido Tomaz Marlière, emigrado de Portugal, em consequência da invasão francesa, serve, na qualidade de official do Exército Português, na Província de Minas Gerais. Alí, com o posto de Capitão e exercendo o cargo de Diretor Geral dos Índios, se dedica, abnegadamente, durante mais de três lustros ao serviço de pacificar, catequizar, arregimentar, instruir e curar os índios. Dessa maneira conquistou inúmeros territórios para beneficio do país, civilizou a enorme região do rio Dôce e tornou possível a navegação nos rios, convertendo-os em valiosas artérias de comunicação. Ao benemérito precursor do grande Rondon se deve, da



mesma forma, a primeira tentativa de estabelecer a indústria siderurgica no território de Minas.

Mais nomes de ilustres chefes militares daqueles tempos: Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira e Horta, Marquês de Barbacena, que chegou a ser, além de oficial de marinha e do exército, Brigadeiro, Marechal de Campo e Tenente-General, tudo quanto um homem podia aspirar: Ministro do Império e da Fazenda, diversas vezes Embaixador em missão especial e tutor de D. Maria II; Major Miguel de Frias e Vasconcelos, de tão importante atuação no momento da renúncia do Primeiro Imperador; Patrício José Correia da Câmara, 1.º Barão e 1.º Visconde de Pelotas, notavel militar que serviu nas guarnições militares de Gôa, Díu e África, e chegou aos altos postos de Sargento-Mór do Regimento de Dragões do Rio Grande do Sul, Brigadeiro, Marechal de Campo e Tenente-General; Antéro José Ferreira de Brito, Barão de Tramandaí, comandante das armas em Pernambuco, na Baía e na Côrte, Ministro da Marinha e da Guerra; Miguel de Sousa Melo e Alvim, naturalizado brasileiro pela Constituinte, homem cultissimo, prestou os mais notáveis serviços ao Brasil, tendo exercido a presidência das Províncias de São Paulo e Santa Catarina, e o cargo de Ministro da Marinha; Diogo Jorge de Brito que, pelo seu merecimento, enobreceu a carreira que abraçara, chegando a Ministro da Marinha; General Polidoro Quintanilha da Fonseca Jordão, agraciado mais tarde com o título de Visconde de Santa Tereza; Marechal João Paulo dos Santos Barreto, cientista, catedrático, deputado e varias vezes Ministro da Guerra; Brigadeiro João Carlos Augusto Oyenhausen Gravenburg, Marquês de Aracatí, ilustre administrador, eminente homem de governo, Ministro da Marinha e dos Negócios Estrangeiros; Marechal de Campo João Vieira de Carvalho, Barão, Conde e Marquês de Lages, nove vezes Ministro de Estado, guerreiro da Cisplatina, fidalgo da Casa Imperial e *Alferes-Mór* na coroação e sagração de D. Pedro II; Marechal Pedro de Alcantaria Bellegarde, engenheiro militar, cartógrafo, professor de fortificação, e mais tarde diretor do Arsenal de Guerra, Ministro da Guerra e da Agricultura e deputado: tais são as credenciais de quem tambem foi historiador, autor de obras pedagógicas (inclusive um Compendio de Arquitetura Civil), arquiteto e fundador da *Escola de Arquitétos Medidores* da Província do Rio de Janeiro.

Outros militares que, outrossim exerceram a arquitetura foram Guillobel e Francisco José de Sousa Soares de Andreia, Visconde de Caçapava. Nascido em Portugal, veio para o Brasil acompanhando a Côrte e abraçou — como Oyenhausen e tantos outros — a causa da Independência, exercendo os mais importantes postos, inclusive o de Marechal e o Comando das Armas de diversas Províncias. Foi mais: deputado, escritor e cartógrafo.



Figura de destaque foi, da mesma forma, o Tenente-General José de Oliveira Barbosa: tático muito habil, grande conhecedor dos assuntos ligados às polvoras e emérito professor. Como Capitão, foi auxiliar do Lente de Aula do Regimento de Artilharia, a quem veio substituir no referido cargo. Pelo merecimento ali revelado é promovido a Tenente-Coronel, ficando agregado ao referido Regimento, cujo comando assume, uma vez Coronel. Em 13 de Maio de 1808 alcança o Generalato, pelo que têm de abandonar o magistério e o Regimento, onde permanecera 33 anos. No ano seguinte assume o cargo de Governador Geral e Capitão General do Reino de Angola. Atinge ao posto de Marechal de Campo em 1810. Depois foi: Chefe de Polícia da Côrte (1821), Ministro da Angola. Atinge ao posto de Marechal de Campo em 1810. Depois foi: Chefe de Polícia da Côrte (1821), Ministro da Guerra (1823), Barão do Passeio Público (1829), Visconde do Rio Comprido (1841) e Conselheiro de Guerra. Tendo falecido em 1844, com 80 anos de idade, prestou durante 70 os mais importantes serviços ao Exército. Ademais, era cavalheiro finíssimo e muito sociável, sendo o proprietário do bellissimo e grande imovel da Rua do Passeio esquina da Rua das Belas Noites, projetado por Grandjean de Montigny e demolido em 1936.

Nome que não pôde ser esquecido é o do Marechal Conrado Jacob de Niemeyer. Natural de Hanover e ao serviço de Portugal veio para o Brasil, onde exerceu importantes cargos como artilheiro consumado, projecto engenheiro militar e ilustrado matemático. Deixou illustre descendência que tem sabido honrar o sobrenome familiar.

Os Lima e Silva honram o Brasil, na carreira das armas. Onze atingem o generalato.

O Marechal José Joaquim de Lima e Silva, português de nascimento, fidalgo cavaleiro da Casa Real, Comendador da Ordem de Aviz, casa-se no Brasil com a distintissima patricia, da qual houve cinco filhos: Francisco, João Manuel, Luiz Manuel, José Joaquim e Manuel da Fonseca. E' portanto, avô do Duque de Caxias. O Brigadeiro Francisco de Lima e Silva — progenitor do Duque — comanda as tropas Imperiais contra a Confederação do Equador, foi governador das Armas da Côrte, Veador da Imperatriz Leopoldina, recebe a abdicção do 1.º Imperador, faz parte da Regência, proclama o segundo Imperante e entrega o poder a Feijó. O Brigadeiro José Joaquim de Lima e Silva — mais tarde agraciado com o título de Visconde de Magé — debela um movimento revolucionário em Minas Gerais, comanda a Imperial Guarda de Honra por ocasião da Independência e substitui a Labatut no comando do Exército Libertador da Baía. O Tenente-General Manuel da Fonseca Lima e Silva — depois Visconde de Suruí — chefia o Batalhão do Imperador, toma parte na Guerra da Independência, sobraça as pastas da Guerra, da Marinha e do Império, e exerce a Deputação Provincial Fluminense e a Presidência e Comando das Armas de São Paulo. Os



demais tios paternos do nosso Grande Marechal, João Manuel e Luiz Manuel ambos Marechais de Campo, muito se destacam, por sua vez, nas guerras da Cisplatina e da Independência e nas lutas ocorridas durante a Regência e 2.º Reinado do Império.

E, finalmente, Luiz Alves de Lima e Silva, Marechal do Exército e, sucessivamente, Barão, Visconde, Conde, Marquês e Duque de Caxias, é a personificação viva do soldado brasileiro. Disciplinado e disciplinador, baluarte da Monarquia, sempre presente onde era necessário restabelecer a ordem e o respeito ao poder constituído, comanda o Batalhão do Imperador, guerreia a Lavallega, combate os *Farrapos* do Rio Grande do Sul, os *Balaíos* do Maranhão, a revolta dos Paulistas chefiada por Feijó e o levante de Minas, pacifica o Rio Grande, contribui para o feito de Monte Caseros que deu por terra com Rosas e se cobre de glória no Paraguai.

\* \* \*

Falar de medalhas militares brasileiras criadas e outorgadas no Brasil até metade do Século XIX é repetir com menos brilho e sem nenhuma erudição o que outros historiadores, críticos e medalhistas já escreveram ou disseram.

Está neste caso, o Sr. Francisco Marques dos Santos, historiador e numismata patricio, que em sua valiosissima obra *Medalhas Militares Brasileiras* esgota o assunto. Estudo consciencioso, ele trata com justo critério da medalha creada em 1809 para comemorar a tomada de Cayena aos Franceses, do distintivo concedido aos militares por tal feito bélico, da medalha comemorativa da criação da Guarda Cívica (em 1822) e daquelas outras veneras concedidas ao Exército e à Esquadra do Barão da Laguna, ao Exército Cooperador da Boa Ordem e à Armada por ocasião da Pacificação de Pernambuco (em 1824), e da Independência da Baía.

Não se trata pois, no presente momento de repisar sobre tão interessante assunto, já devidamente explanado.

Trataremos por isso, de alguns detalhes interessantes e geralmente desconhecidos das condecorações mais importantes, pela sua tradição e origem, outorgadas no Brasil, a militares no Brasil-Reino e Brasil Império.

Começaremos pela mais antiga: a *Ordem de São Bento de Aviz*. Criada, com carater militar em 13 de Agosto de 1162 por Dom Afonso Henriques, foi tornada brasileira em 20 de Outubro de 1823. Compunha-se de três classes: *Grã-Cruzes*, *Comendadores* e *Cavaleiros*. Os primeiros tinham direito ao tratamento de Excelência. Todos os militares, depois de vinte anos de bons serviços, podiam aspirar à nomeação de *Cavaleiro*. Era a única Ordem do Brasil com número limitado de membros em todas as classes que a constituíam.



As insígnias e côres peculiares a esta Ordem, e às de *Cristo* e *São Tiago* continuaram a ser as mesmas que distinguiram as Ordens Portuguesas de onde elas provinham. Entretanto, pelo Decreto de 9 de Setembro de 1843, que passa a considerá-las como civís e políticas, as respectivas cores, embora conservadas, ficavam acrescidas de outras. Assim, a côr verde de *Aviz* possuiria orlas vermelhas, e a arroxeadada de *São Tiago* e vermelha de *Cristo*, seriam orladas de azul.

Na mesma data em que o Govêrno Imperial mantinha a Ordem de *Aviz*, era conservada, tambem, a de *Cristo*, instituida pelo Rei D. Diniz de Portugal, com o nome de *Religião Militar de Cristo*. Mas, essa Ordem de Cavalaria não era outra cousa que a dos Templários, fundada em 1117 com o fim de proteger os peregrinos cristãos que iam à Terra Santa contra o ataque dos mussulmanos. E como a séde da mesma era um edificio erigido sobre as ruinas do Templo de Salomão, em Jerusalem, daí lhes adveio a denominação. Riquíssima e poderosa, ela se espalhou pela Europa, havendo importantes núcleos de Templários na França, Espanha, Inglaterra e Ilha de Chipre. Dissolvida em virtude do processo que o Rei da França Felipe o Belo instaurara, com plena aquiescência do Papa Clemente V, contra os seus componentes, acusados de ação anti-cristã, ela ressurgiu, porem transformada. Coube ao Rei D. Diniz, de Portugal, operar essa transformação, devidamente autorizada pelo Papa. Deu-se-lhe, então, a designação antes mencionada.

Somente em 30 de Maio de 1827 é que, pela *Bula* do Papa Leão XII, foi dita Ordem desligada da do Reino de Portugal e criada, com caráter brasileiro, sob a denominação de *Ordem Imperial de Nosso Senhor Jesus Cristo*.

*Grã-Cruzes, Comendadores e Cavaleiros*, constituíam as três ordens de dignatários.

A *Ordem de São Tiago da Espada*, fundada em 1175, pelo Papa Alexandre III, é de origem espanhola, pois foi fundada no Mosteiro de Santo Elói, na Caliza. Tornada portuguesa, mas com obediência aos mestres de Castela, ela teve no reinado de D. Diniz, uma *Bula* de isenção concedida pelo Papa Nicolau IV, de sorte que os seus *cavaleiros* puderam eleger o respectivo *mestre*. Esse foi D. João Fernandes, "*primeiro mestre que houve em Portugal*". Unida novamente a ordem de Portugal à de Castela, só foi possível a separação definitiva por meio da *Bula* do Papa João XXII, em 1320. Com o favor que cada vez mais a infantaria adquiria no conceito dos estrategistas e com os feitos por ela praticados nos campos de batalha, as Ordens de Cavalaria foram perdendo um pouco da auréola que as nimbava. O desastre de Alcacer-El-Kibir feriu-as de morte. A administração das três Ordens: *Cristo, Aviz e São Tiago*, passou para a Corôa de Portugal, que as converteu em instrumento político. As comendas passaram de pais a filhos, "*não pela*



*lei mas pela razão de interesses, antepondo-se ao estatuto que as regia as conveniências pessoais dos apaniguados”.*

D. Maria I resolve, em 1779, devolver às três Ordens o seu antigo prestígio e em 19 de Julho daquele ano expede uma *Carta de Lei*, “para Bem Melhoramento e Dignidade Civil e Política”, das mesmas.

Os seus membros também estavam subdivididos em três categorias: *Grã-Cruzes, Comendadores e Cavaleiros*.

Outros militares possuíam veneras das Ordens criadas no Brasil: umas *Reais* e outras *Imperiais*.

Dentre as *Reais* se destacava a da *Torre e Espada*: primeira Ordem de Cavalaria instituída no Brasil.

Não se tratava, porém, propriamente de uma criação, porquanto essa teve lugar em 1459; sendo autor da mesma o Rei de Portugal D. Afonso V, o *Africano*, com o objetivo de premiar os relevantes serviços dos cavaleiros lusitanos nas terras africanas. Mais tarde extinta, ela foi restabelecida em 13 de Maio de 1808, no Rio de Janeiro, pelo Príncipe Regente D. João.

Regulamentada pelo decreto de 29 de Novembro daquele ano e ampliada pelos Alvarás de 5 de Julho de 1809 e de 23 de Abril de 1810, destinava-se a recompensar civis e militares.

Não possuindo caráter religioso, como as de *Cristo, Aviz* e *São Tiago*, o Príncipe Regente estava habilitado a concedê-la aos oficiais ingleses, protestantes, de terra e mar, que o tinham acompanhado ao Brasil.

Era formada de três classes: *Grã-Cruzes* (Efetivos e Honorários), *Comendadores* e *Cavaleiros*.

A insígnia dos *Cavaleiros* compunha-se de uma *Chapa* redonda de ouro, tendo numa face a efígie de D. João VI e na outra, o lema *Valor e Lealdade*. A dos *Comendadores* e *Grã-Cruzes* era a mesma, tendo porém uma *Torre* firmada na parte superior. Além disso, os *Grã-Cruzes* usavam a *Banda* a tiracolo e um *Colar* sobre os ombros, o qual estava formado de uma cadeia de espadas, engastadas em corôa de louros, e de torres unidas por eles de corrente e colocadas alternativamente. As duas ultimas corôas sustentavam a venera, no meio da qual se destacava a efígie de D. João VI, coroada de louros. A cor da Ordem, era azul.

As suas condecorações foram concedidas em tão pequeno número, principalmente durante o primeiro Reinado do Império, que D. Pedro IV de Portugal, o nosso D. Pedro I, não vacilou em reformá-la, no ano de 1832, com o título de *Antiga e Muito Nobre Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito*.

Não foi, entretanto, a *Ordem da Torre e Espada*, a única criada no Brasil pelo Príncipe Regente. Dez anos depois daquela, em 1818 — 6 de Fevereiro — ele instituiu a *Ordem Militar de Nossa Senhora da*



*Conceição de Vila Viçosa*, padroeira do Reino, com a qual comemorava sua coroação e ascensão ao trono de Portugal, Brasil e Alvarves.

A insígnia constava de uma estrela de oito pontas esmaltadas de branco e filetada de ouro, tendo ao centro a cifra A.M. (Ave-Maria) em ouro, circulado por um anel com o lema *Padroeira do Reino*. O espaço entre as pontas da estrela é preenchido por meio de raios de ouro sobre os quais existe, em cada intervalo, uma pequena estrela esmaltada de branco. Presa à ponta superior está a Corôa Real, em ouro. As cores que caracterizam a Ordem são azul e branca.

Com a Independência surgem os dignitários das Ordens Imperiais Brasileiras.

O Império do Brasil além de conservar três das cinco Ordens antes mencionadas: *Cristo*, *Aviz* e *São Tiago*, cria com feição genuinamente brasileira, as do *Cruzeiro*, de *Pedro Primeiro* e da *Rosa*.

A *Ordem Imperial do Cruzeiro* foi instituída em 1.º de Dezembro de 1822, com o fim de assinalar de maneira solene a aclamação, sagração e coroação de D. Pedro I.

No Decreto de criação dessa Ordem Honorífica, o Imperador declarava que era denominada do *Cruzeiro* não só como alusão à constelação que domina a América Austral, mas, também em memória do nome de *Terra de Santa Cruz* que o Brasil tivera desde o descobrimento.

Os membros da Ordem abrangiam quatro classes: *Grã-Cruzes*, *Dignitários* (e não *Dignatários*, como se diz ou se escreve comumente, e que correspondiam aos *Comendadores*), *Oficiais* e *Cavaleiros*. Os pertencentes às três primeiras classes, estavam subdivididos em efetivos e honorários. Os *Grã-Cruzes* tinham direito ao tratamento de *Excelência* e as honras de Tenente-General; os *Dignitários*, honras de Brigadeiro; os *Oficiais*, de Coronel; e os *Cavaleiros*, de Capitão.

A insígnia de *Cavaleiro* era uma estrela, com cinco pontas duplas, esmaltadas de branco e filetadas de ouro; assentada sobre uma corôa emblemática de folhas de café e tabaco, esmaltadas de verde. Ao centro, uma chapa esmaltada em campo azul claro cortada por uma cruz latina formada de dezanove estrelas esmaltadas de branco, e no perímetro do campo um anel ferrete com a legenda *Benemerentium Premium*, em ouro polido. Firmada sobre a estrela, a Corôa Imperial, em ouro, com uma argola por onde passava a respectiva fita.

A *Chapa*, usada pelos *Grã-Cruzes*, *Dignitários* e *Oficiais* era de metal ou bordado do lado esquerdo do uniforme. Essa chapa ou placa, não tinha os ramos de café e tabaco, sendo os intervalos entre os ramos das estrelas preenchidos por meio de raios de ouro polido. Por sua vez, a Corôa Imperial se achava engastada no ramo superior da estrela. A cor que caracterizava a Ordem, era azul celeste.

As insígnias deviam ser usadas da seguinte forma: os *Grã-Cruzes*, *Banda* a tiracolo, da direita para a esquerda, com medalha da Ordem



pendente do laço, e *Chapa* de metal ou bordada no lado esquerdo da farda, mas ao alto; os *Dignitários*, traziam a insígnia pendente de fita larga passada ao pescoço, e a *Chapa*; os *Oficiais*, além da *Chapa*, a venera suspensa da fita e colocado no peito esquerdo do uniforme; e os *Cavaleiros*, traziam simplesmente a venera, na mesma colocação.

Nas grandes solenidades, os membros da Ordem compareciam de manto branco com cordões e alamares azul celeste. Na parte do manto correspondente ao ante-braço esquerdo estava bordada a insígnia que correspondia ao dignitário.

Esta Ordem foi considerada por D. Pedro I como a Legião de Honra do Império do Brasil.

A *Ordem de Pedro Primeiro, Fundador do Império do Brasil*, foi criada a 16 de Abril de 1826.

Estava composta de *Grã-Cruzes, Comendadores e Cavaleiros*. Todos, membros efetivos. Entretanto, somente dois brasileiros foram agraciados com a mesma: o Marquês de Barbacena, em 1826, com o gráu de *Cavaleiro*, e o Duque de Caxias, feito *Grã-Cruz* em 1868.

A venera ou insígnia de *Cavaleiro*, constava de um grifo de ouro, visto de frente e com a cabeça para a sinistra, assente sobre uma Coroa de Conde, e tendo ao pescoço uma cartela com a cifra P. I. Folhas de louro, esmaltadas de verde, rodeiam a figura, cuja cabeça está presa por uma pequena haste de ouro à Coroa Imperial, também de ouro.

Os Comendadores usavam a *Chapa*: uma estrela com as pontas esmaltadas de branco e filetadas de ouro, tendo ao centro um anel com a legenda *Fundador do Império do Brasil*, em preto. Um resplendor em ouro, de forma pentagonal servia de fundo para a estrela, cuja ponta superior estava encimada da Corôa Imperial. A côr da fita era verde, orlada de branco.

Os *Estatutos* da Ordem aprovados pelo Decreto de 19 de Outubro de 1842, constituíam o único ato de D. Pedro II em matéria de Ordens Honoríficas.

A *Ordem Imperial da Rosa*, militar e civil, foi criada em 17 de Outubro de 1829, por D. Pedro I, para comemorar o seu casamento com a Princesa Amélia de Leuchtenberg e Eischstaedt.

Estava constituída de seis classes: *Grã-Cruzes* (Efetivos e Honorários), *Grandes-Dignitários, Dignitários, Comendadores, Oficiais e Cavaleiros*. Para ser *Grã-Cruz*, era exigido que o dignitário já tivesse direito ao tratamento de *Excelência*. E para os graus de *Grande-Dignitário e Dignitário*, o direito anterior ao tratamento de *Senhoria*.

Por sua vez, a Ordem concedia o tratamento de *Senhoria* aos *Comendadores* e as honras de Coronel e de Capitão aos *Oficiais e Cavaleiros*, respectivamente.

A venera constava de uma estrela esmaltada de branco e filetada de ouro, cujas seis pontas estavam sucessivamente ligadas por uma



delicadíssima corôa de rosas. Ao centro, um anel esmaltado de azul com a legenda *Amôr-Fidelidade*, em ouro, rodeava a cifra *P. A. L.*, formada de letras entrelaçadas, isto é, um monograma. Uma corôa Imperial, firmada sobre a estrela, dava belo realce ao conjunto. A fita era de côr rosa desmaiada, com dois filetes brancos e um pouco largos.

Os *Grã-Cruzes Ejetivos*, usavam, além da *Banda* a tiracolo, o *Colar* sobre os ombros, e composto de escudos de ouro, com as iniciais *P.A.* (Pedro-Amélia) gravadas, unidos por meio de corrente do mesmo metal, a rosas esmaltadas na côr natural com quatro folhas verdes, também em esmalte. Escudos e rosas, eram dispostos alternadamente. Pendente do colar, ficava a insígnia da Ordem. Os *Grã-Cruzes Honorários*, não tinham direito ao *Colar*. Os *Grandes Dignitários*, *Dignitários* e *Comendadores*, usavam venera pendente de fita passada ao pescoço e *Chapa*. Entretanto, a venera e a *Chapa* do grau de *Oficial*, não possuía a Corôa Imperial. Os *Cavaleiros* traziam a insígnia pendente de uma fita presa ao uniforme, na posição correspondente.

\* \* \*

As fardas dos oficiais generais foram modificadas por diversos decretos. Não obstante, foi só o de 1823 que estabeleceu o primeiro plano de uniformes para o Estado Maior General.

Nas recepções e solenidade da Côrte, os Generais envergavam casaca fechada preta, azul escuro ou verde garrafa —, com grande gola aberta bordada com folhagem estilizada de carvalho, peito com ramagem trabalhada e ricas dragonas de cachos de canutão anelado. Todas as costuras bordadas. Banda rígida, envolvendo a cintura com borlas pendentes ao longo da perna esquerda ou um pouco à frente da mesma. Calção justo de linho branco com bordados nas costuras e no alcapão ou então, calça comprida, apresilhada, flanela branca com galão dourado. Chapéu armado — mais baixo que os de tipo português —, com plumas brancas. Modelo puramente Napoleônico.

Os uniformes dos oficiais superiores e subalternos são idênticos aos de seus corpos, com os distintivos adequados.

A espadas dos oficiais eram douradas, ligeiramente encurvadas, com copos muito discretos, bainhas de couro preto envernizado e guarnições de metal dourado. Cinturão, talabarte e fiadores tecidos a ouro e vermelho, salvo os dos *caçadores*: de couro preto envernizado.

As dos Generais tinham as bainhas douradas. Quando um General exercia o cargo de Ministro, usava *espadim*.

Os oficiais dos estados maiores, bem como os oficiais e soldados dos corpos montados, inclusive a Cavalaria das Milícias, usavam *sabretache*: decorativa bolsa de couro envernizado pendente do cinturão ao longo e um pouco atrás da perna esquerda. Também foi usada intermi-



tentemente pelos oficiais Engenheiros, de Caçadores Henriques e de Fuzileiros.

Os uniformes da tropa apresentavam características bem interessantes, como descreve Gustavo Barroso em suas importantes obras *Uniformes do Exército* e *História Militar do Brasil*.

As tropas portuguesas que estacionaram no Rio de Janeiro no 1.º quartel do Século XIX, fardaram-se à francesa, salvo pequenos detalhes copiados de outras tropas européias. Tais foram: a *barretina* inglesa, as dragonas enchumaçadas austriacas, denominadas de *chouriças*, bem como o uniforme branco e vermelho, e correíame negro, dos dragões austriacos.

Depois do 7 de Setembro, a preocupação é tornar os uniformes bem diferentes dos da antiga Metrópole. Substitue-se a *fardeta* côm de pinhão dos caçadores lusos ou a azul com golas e canhões carmezins dos outros infantés, pela jaqueta verde dos *caçadores* brasileiros. Galões amarelos nos canhões e golas, nacionalizam ainda mais — quanto à côm —, esse uniforme. No braço esquerdo, um tópe circular verde, abaixo do qual ficava um galão amarelo, em forma de V, com o patriótico dístico de *Independência ou Morte*. A calça é verde ou branca no 2.º uniforme. A *barretina*, com *mirliton*, possui penacho verde com olhos amarelos.

Os *Archeiros*, até então fardados de azul e vermelho, adotam, também, o verde e ouro.

Para não ficar em plano secundário, as *Milícias* adotam as mesmas côres, dando origem pelo uso de penachos verde-amarelos, a que os seus soldados fossem sarcásticamente denominados pelo povo, de *periquitos*.

No 2.º Reinado do Império, os paramentos dos *Caçadores* passam a ser pretos. Os botões, escuros. Na *barretina* figura, como emblema da arma, a Cruz de Malta. Gustavo Barroso atribui o emprego desse emblema ao fato dos ingleses o usarem como distintivo das tropas ligeiras. Estranho é — asisnala o referido historiador e escritor pátrio — que as tropas ligeiras que o usavam, na Inglaterra, pertenciam à cavalaria: os *Light Dragoons*, ao passo que no Brasil quem o tinha, como distintivo, era uma tropa a pé.

Com o decorrer do tempo a *barretina* inglesa é substituída pela revestida de oleado preto, em modelo lusitano. Afunilada para cima, constituía a cobertura usada não só pelos *caçadores*, mas também, pelos *fuzileiros* e *granadeiros*. Depois, a *barretina* cede lugar ao *gurutão*: cartola de couro preto envernizado com pequena viseira, bela e larga placa de metal amarelo, cordão envolvendo a mesma e penacho. A *jaqueta* é sempre com duas séries de botões, tendo nos ombros as *chouriças*. São vermelhas e brancas nos *granadeiros*, pretas nos *caçadores* e vermelhas nos *fuzileiros*. Generaliza-se, no 1.º uniforme, o uso da calça branca apresilhada ou com polainas brancas. Oficiais e sargen-



tos trazem, debaixo do cinturão, uma *banda* vermelha com borlas do lado esquerdo do corpo. Os oficiais usam, no pescoço, colar com placa e tracelím de ouro prendendo o lápis indispensável à redação das ordens. Tal o modelo dos *Caçadores Henriques*. O nosso atual *Batalhão de Guardas* se apresenta uniformizado dessa maneira nos dias festivos nacionais.



1845 — Porta-Machado

As bandas de música, os pifanos e os tambores de cada corpo a pé, usavam de acordo com os recursos, das *caixas* de cada um deles, uniformes especiais em que abundavam os prateados. Essa, constituía mais uma tradição Napoleônica introduzida no Brasil. Precediam as bandas de música os *machadeiros*, envergando uniformes também muito usados na França. Traziam grandes aventais de couro, cobriam-se com *ursas* empenachadas, levavam sobre os ombros pesados e reluzentes machados e usavam — coitados — longas barbas, verdadeiras ou postiças. Eram os homens mais altos da tropa.

Da cavalaria, poucos documentos ficaram. Os mais completos são os capacetes do 1.º Regimento e o quadro de Pedro Américo — *O Grito do Ipiranga* — onde se pôde apreciar o bellissimo uniforme da guarda de D. Pedro I.

Batendo-se denodadamente pela adopção do mesmo no Regimento a cavalo número um do Exército Brasileiro, Gustavo Barroso viu seus esforços coroados de êxito. Assim se farda nos dias de gala esse corpo de elite que é o atual *Regimento dos Dragões da Independência*. E daí por diante, adotaram uniformes de parada, de tipo antigo, o já citado corpo de *Guardas*, o que se deve ao Coronel Leonardo de Campos, e à Escola Militar.

Da artilharia, é quasi nula a documentação conhecida até agora, Restaria a falar da engenharia, das milícias e da guarda-nacional. Mas as circunstâncias que rodeiam a leitura deste trabalho não o permitem.

\* \* \*

Debate apresentado pelo Cap. de Fragata ANTÔNIO BUARQUE PINTO GUIMARÃES à conferência feita pelo Prof. MORALES DE LOS RIOS, a 7 de Fevereiro de 1939, no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil

Antes de tudo devo associar-me às congratulações de todos os presentes pelo sucesso da interessante conferência que o professor Mora-



les de Los Rios acaba de fazer. Nem podia ser outra a impressão causada, visto tratar-se de um já mui conhecido cultor da história.

Por um dever que me foi imposto pelo Presidente do nosso Instituto, devo dizer-lhes que, a meu vêr, o conferencista acaba de tratar do assunto relativo às ordens honoríficas no Brasil até o meiado do seculo XIX, com grande clarividência fazendo uma sintese completa do que existe.

Não sei que ponto devo debater, sinceramente assim digo, pois nada encontro que mereça de minha parte qualquer refutação.

Cabe-me portanto, a agradável tarefa de manifestar minha franca opinião, fazendo ressaltar o valor do trabalho, sob o ponto de vista histórico, que ora nos apresenta o professor Morales De Los Rios, trabalho este exaustivo e bem orientado.

Infelizmente é esse um estudo que tem sido negligenciado pelos nossos maiores em letras. Pouco se tem escrito e assim mesmo alguns trabalhos estão em divergência. Entre os que têm vindo à luz, cita-se o do Dr. Artidoro Xavier Pinheiro sobre "Organização das Ordens Honoríficas do Império do Brasil"; o do Dr. Affonso d'Escragolle Taunay, publicado na "Revista Numismática" do Estado de São Paulo; o do Coronel Laurenio Lago sobre "Medalhas e Condecorações Brasileiras" e finalmente o de Francisco Marques dos Santos, meu amigo, que além de grande conhecedor de ordens honoríficas do Brasil é também um estudioso de medalhas em geral e em particular das de campanha.

O professor Morales de Los Rios ao se referir às ordens honoríficas criadas no Brasil dá-nos a conhecer os motivos de sua criação. Assim a Ordem do Cruzeiro foi instituída para comemorar a aclamação, sagração e coroação de D. Pedro I, como imperador constitucional do Brasil e seu defensor perpetuo; a de Pedro I para marcar de uma maneira distinta a época em que foi reconhecida a independência do vasto império que teve a glória de fundar e finalmente a da Rosa para perpetuar a memória do faustosissimo consórcio de D. Pedro I com a princesa Amélia de Leuchtemberg.

O ilustre conferencista poderia, ainda, se não fôra alongar mais a conferência, ressaltar um dos motivos do restabelecimento das Ordens da Torre e Espada por D. João VI, talvez o principal, após a sua chegada ao Brasil. A carta lei que instaurou e renovou a referida ordem, entre outros itens, dizia que D. João VI assim fazia querendo assinalar a memoravel época em que aportou felizmente a esta parte importantissima dos seus estados, comemorando assim a chegada da família real ao Brasil.

Felicito mais uma vez o ilustre conferencista pelos proveitosos conhecimentos que nos transmitiu a respeito das condecorações brasileiras que, se não aumentam o mérito de quem as recebe, pelo menos o atestam em nome da Pátria.